

Cidadania e movimentos sociais

Antonio Candido.

Como citar: CANDIDO, Antonio. Cidadania e movimentos sociais. *In:* LOUREIRO, Isabel; DEL-MASSO, Maria Candida (org.). **Tempos de greve na Universidade Pública.** Marília: Oficina Universitária, 2001. p. 187-192. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-20-4.p187-192>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS¹

Antonio CANDIDO²

Fazendo algumas reflexões sobre o problema da cidadania que está em pauta, devemos começar pelas definições banais. Em sentido estrito, cidadania é o fato de os membros de uma sociedade desfrutarem dos direitos políticos e dos direitos civis que a constituição e as leis lhes asseguram. Mas, de modo geral, nós costumamos acrescentar algo de muito importante e que é fundamental – não apenas a existência objetiva destes direitos eventuais, mas a consciência que as pessoas têm destes direitos. Sem a consciência não há exercício pleno da cidadania. Portanto, existe um aspecto externo da cidadania e existe um aspecto interno da cidadania. Além disso, há na sociedade uma situação de direito e uma situação de fato. Segundo a situação de direito *todos* são iguais perante a lei, mas todo mundo sabe que isto não é verdade.

Na realidade nós sabemos que há graus de cidadania. Na cidadania de fato há graus, na cidadania de direito não. Porque nem todos são tratados conforme seus direitos. Nem todos, como disse o nosso companheiro Delwek [Matheus, líder nacional do MST], nem todos têm condição de exercer seus direitos, nem sabem da existência deles. Os que não têm consciência dos seus direitos são os que não receberam instrução, não têm nível econômico, nem condições de vida que permitam isso.

A consciência da cidadania depende da consciência dos direitos, e a consciência dos direitos depende da condição econômica e da condição social de cada um. De maneira que na sociedade há uma contradição tremenda entre o que é estatuído e o que de fato ocorre nesse setor. Isto nos leva a uma segunda consideração, que é

¹ Aula na greve ministrada em 15 de maio de 2000 no gramado da Reitoria da USP.

² Sociólogo e crítico literário. Professor aposentado da USP.

a seguinte: a cidadania não é apenas o que se chama uma expectativa de direito. Quer dizer que teoricamente a pessoa *tem* aquele direito. Portanto, ela tem o direito de esperar que possa gozar dele. A cidadania é uma expectativa de direito e constantemente na nossa sociedade temos verificado uma aspiração incessante, uma aspiração constante a poder desfrutar efetivamente deste direito. Como disse muito bem o nosso companheiro Delwek, isso tem uma condição, exige uma constante ação, uma luta constante. Sem a ação constante de reivindicação e de luta, a pessoa não tem acesso ao direito que lhe cabe.

É neste ponto que a cidadania deixa de ser uma simples formulação teórica, que na prática beneficia poucos, para tender a abranger outros grupos e outras classes. O MST, por exemplo, é um desses movimentos, é um movimento que procura alargar o âmbito da cidadania. Procura fazer com que seus participantes possam vir a desfrutar efetivamente de benefícios que o direito lhes assegura teoricamente. As greves são também um tipo de movimento que redundam em alargamento da cidadania. Esta que está em curso é uma greve cuja iniciativa vem de grupos ligados ao ensino, à busca de condições materiais e intelectuais que permitam ao ensino atuar satisfatoriamente. Então nós podemos ver que estes movimentos ampliam a consciência de cidadania de um lado e ampliam de outro lado a conquista dos direitos a que esta consciência corresponde. À medida que os grupos se empenham na luta pela cidadania eles aumentam a sua capacidade de luta, e à medida que aumentam a sua capacidade de luta eles atuam com muito maior eficiência na sociedade para poder arrancar os direitos que lhes cabem, que existem teoricamente, mas não existem na prática para a maioria.

Podemos concluir que se nós encararmos a cidadania de maneira dinâmica e não estática, ela é sempre um alvo a ser atingido. E um alvo a ser atingido é um aumento das oportunidades sociais, políticas e econômicas. Para crescer, a cada vez precisamos reivindicar mais. É um movimento praticamente sem fim, a curto e a médio prazo. Por isso é que a consciência da cidadania leva a perceber que na nossa sociedade ela é algo de muito incompleto, algo que precisa

ser completado. Devemos portanto encarar a cidadania como algo que temos que conquistar a cada dia, a cada momento. Este fato é claro se tomarmos um exemplo simples, um direito político, o direito de voto, que é a base das democracias contemporâneas. No Brasil imperial, por exemplo, só podia votar quem tivesse uma certa renda. E mais. Só podia ser eleito quem tivesse uma renda maior do que aquela. Isso excluía um número enorme de habitantes do país. Além do mais as mulheres e os escravos não podiam votar, pois os escravos não eram reconhecidos como cidadãos.

Naquele tempo falava-se muito em liberalismo, os políticos, os pensadores, os jornalistas, os administradores, os professores, eram todos sinceramente liberais. E estavam convencidos de que ao votar estavam exprimindo a vontade popular. Ora, vontade popular significa vontade da totalidade, mas no Brasil imperial, as eleições exprimiam a vontade de uma ínfima minoria. Isso mostra a insuficiência da fórmula liberal, que não basta, porque assegura apenas *formalmente* os direitos do cidadão. Na verdade, é um obstáculo que impede a realização prática da teoria.

Contra isso se insurgia no século XIX o socialismo. Encarado do ângulo do nosso tema de hoje, o socialismo é uma tentativa de ampliar os direitos civis, políticos e econômicos para a totalidade da população. Coisa que o liberalismo não previa. O liberalismo achava que, assegurando o direito daqueles que são considerados cidadãos, estes controlavam a máquina do Estado e a sociedade funcionava normalmente. Com o socialismo ficou bem claro, em primeiro lugar, que os direitos políticos só não são suficientes. Segundo, que mesmo estes direitos políticos só se tornam efetivos se nós acrescentarmos a eles direitos sociais e direitos econômicos.

Um dos direitos garantidos pela Constituição é o direito à propriedade. Mas acontece que nem todos possuem propriedade. Por isso está o MST aí, fazendo a sua luta. E a maneira de resolver o problema é fazer que a propriedade dos meios de produção seja geral, seja para todos, e aí está a essência do socialismo. Enquanto os meios de produção não forem de todos não haverá cidadania

plena, porque só essa *propriedade geral* assegura a igualdade, e a igualdade é um pressuposto virtual da verdadeira cidadania. Eu acho que é preciso ser otimista sempre; quem não é otimista não faz política, porque a política pressupõe que devemos lutar para que coisas melhores aconteçam, mesmo que a situação presente seja a pior possível. E se encararmos a realidade com otimismo, veremos que na história do nosso país o âmbito da cidadania tem crescido sem parar. Muito insatisfatoriamente, mas sem parar. Isso leva a esperar que continue crescendo, e se não esperarmos que as leis se façam por si mesmas, mas arrancando sempre com luta os meios para que a cidadania se torne algo geral, poderemos chegar ao momento em que será possível a apropriação correta dos meios de produção. Quando isto for possível, será estabelecido um máximo de igualdade.

Um terceiro tópico que convém mencionar é a relação que há entre a nossa consciência, a consciência das pessoas e o avanço ou recuo dos direitos políticos, civis e econômicos de cada momento da história. Cada momento da história define qual é o âmbito da cidadania: quem é cidadão, quem não é cidadão; quem pode votar, quem não pode votar; quem tem efetivamente propriedade, quem não tem. Cada sociedade procura ajustar sua moral e sua visão de mundo a esse âmbito e aí surgem contradições muito curiosas. Por exemplo, um dos pais da democracia foi Jefferson, figura extraordinária, grande pensador. No entanto, Jefferson admitia a escravidão. Naquele tempo isso não causava um escândalo tão grande. Então tínhamos afirmação democrática, direito de voto, igualdade civil e ... escravidão, o que é a negação total de tudo isso.

A escravidão significa pôr fora do âmbito dos direitos civis uma considerável parcela da população. Aqui no Brasil, no século XIX, nós tivemos um grande liberal – Teófilo Ottoni. Ele contribuiu para que o liberalismo brasileiro assumisse tonalidades democráticas. Teófilo Ottoni se bateu, lutou e quase conseguiu, nas eleições de 1861, transformar as tonalidades políticas. O que ele dizia da democracia? Dizia expressamente: “A democracia que eu

desejo não é a democracia da canalha, é a democracia da gente de gravata lavada.” (Naquele tempo “ gente de gravata lavada” era sinônimo de classe média). Portanto, no tempo dele era possível ser democrata com esta concepção que exclui o povo. Devemos, então, vilipendiar esses grandes homens, Jefferson, Teófilo Ottoni, por causa de seus conceitos? Não.

Eu tenho a impressão que daqui a uns cem anos, os netos de vocês, os meus bisnetos vão dizer de nossas reuniões (como esta agora) que se fazia greve na Universidade, com discussões sobre direitos, com muito espírito democrático, mas no entanto, nossos empregados domésticos não comiam conosco à mesa. “Como não comiam à mesa?” Sim, comiam na cozinha e dormiam na edícula... [palmas prolongadas]. Isto vai ser uma fonte de escândalo extraordinário no futuro. Mas nossa consciência está em paz neste momento. Portanto, não vamos vilipendiar Jefferson ou Teófilo Ottoni porque estamos no mesmo barco. O importante é ampliarmos a consciência política de tal maneira que um dia, realmente, este tipo de consideração negativa se torne difícil ou impossível.

Essa restrição da cidadania chegou a um ponto que houve teóricos que disseram expressamente que a escolha feita por um número pequeno é melhor do que a escolha feita por um grande número. Isto está expresso no livro do Presidente Campos Salles, aliás um excelente livro, que se chama *Da propaganda à República*. Foi ele, Campos Salles, que criou a famosa política dos governadores – o governo central se entendia com os governadores e o povo que fosse “caçar passarinhos”. Ele dizia mais ou menos: “no mundo pouca gente é gente selecionada, que sabe o que está fazendo. Portanto, vamos escolher os melhores. Se eu ampliar demais a consulta, entrariam os ignorantes, os mal intencionados, os analfabetos.”

Digo isto para mostrar como o conceito de cidadania depende da consciência da cidadania. É preciso que não só as possibilidades objetivas da cidadania se ampliem, mas que a consciência da cidadania amadureça. Penso que um grande progresso

que conseguimos no nosso tempo é que, apesar dos pesares, teoricamente, hoje nós consideramos como cidadão a totalidade do povo. Este é um conceito, por enquanto, mas é um conceito. Um conceito importante.

Mas agora é preciso fazer com que a realidade corresponda a esse conceito e a realidade só corresponderá a esse conceito por meio de luta incessante. E a luta é a reivindicação. Esta ampliação do conceito está ligada ao fato de haver grupos cada vez maiores e mais aguerridos com mais vontade de lutar. Estou convencido de que episódios relativamente modestos na história do país, como esta greve, são episódios desse processo. Esta greve é um episódio de reivindicação, de ampliação de consciência, de ampliação de cidadania, de modo que no âmbito restrito da profissão, no âmbito restrito da instituição, no qual este processo está em baixa, nós estamos contribuindo para a ampliação crescente dos direitos políticos, sociais, econômicos, culturais. Para a ampliação constante destes direitos é que é necessária uma vigilância permanente, uma permanente disposição de entrar na luta quando for preciso.